

DIÁLOGO SOBRE NACIONALISMO E O PLANEJAMENTO ESPACIAL MARINHO: UM POSSÍVEL CAMINHO ANALÍTICO?

Nationalism and Marine Spatial Planning Dialogue: Possible Analytical Path?

Carolina Dantas Nogueira¹

O estudo da política internacional é importante quando se considera a reflexão sobre a ação de um determinado Estado ou a relação entre os Estados no sistema internacional. O desafio está em como compreender estas ações em um cenário denominado anárquico, ou seja, sem a presença de uma figura de autoridade que controle os Estados. Entretanto, e por diversas vezes, os Estados se comportam de maneira diferente ante a argumentação de que a maximização de interesses em segurança é uma certeza no sistema internacional. Isto porque as ações dos atores estatais baseiam-se não apenas na sua relação com o outro, mas também, a partir do resultado de sua dinâmica cultural doméstica.

Farrell (1998) ressalta que a forma mais popular de incorporar a dimensão cultural ao estudo estratégico do ator estatal é examinar como o comportamento e atitudes nacionais são moldadas por ela. Assim, a cultura, tanto como norma profissional ou como tradição nacional, poderia moldar a formação de preferências ao dizer a seus membros quem eles são e o que é possível fazer, sugerindo, portanto, o que eles devem. Neste contexto se insere o estudo sobre o nacionalismo.

Ao debatermos o multilateralismo, o plurilateralismo e a construção de uma ordem mundial, o nacionalismo é uma variável importante. Isto porque os conceitos de Estado, Nação e Nacionalismo lançam luz aos estudos sobre o comportamento do ator estatal e seu processo decisório doméstico. Nas análises políticas, conceitos de Estado, Nação e Nacionalismo destacam-se nas abordagens teoricamente orientadas uma vez que lançam luz aos estudos sobre o comportamento do ator estatal. O presente ensaio elucida a questão do nacionalismo com um possível caminho analítico nas análises sobre o Planejamento Espacial Marinho (PEM) em Relações Internacionais. Destaca-se que o nacionalismo direcionado politicamente, pode aprofundar os laços que conectam os indivíduos a

¹ Pesquisadora CEDEPEM. Doutora em Relações Internacionais pela PUC Minas. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8012242924936176> E-mail: caroldantas@gmail.com

uma determinada nação. A partir deste entendimento sociológico, é possível ampliar o alcance analítico nos estudos sobre o PEM.

Divulgado pela Agência Marinha de Notícias (2022), a área oceânica de jurisdição brasileira alcança cerca de 5,7 milhões de km², com imensa diversidade de recursos naturais, riquezas minerais e energéticas, além de ser o local de grande atividade econômica, transporte marítimo, pesca, indústria naval, além do turismo nacional e internacional. Além disso, o PEM é considerado pela Marinha Brasileira como:

[...] um poderoso instrumento público, multissetorial, de cunho operacional e jurídico, indispensável para garantir a governança e a soberania da Amazônia Azul; o uso compartilhado, eficiente, harmônico e sustentável de suas riquezas; e promover a geração de divisas e de empregos para o País, aprofundando a necessária segurança jurídica aos investidores nacionais e internacionais relativa às atividades econômicas desenvolvidas nesse extenso ambiente marinho e costeiro, respeitada a salvaguarda de interesses estratégicos e de defesa nacional (PSRM, 2022).

Vemos aqui que o PEM se insere no entendimento da instituição brasileira como dentro do âmbito de defesa nacional e, portanto, a discussão sobre o nacionalismo e entendimentos sobre formação nacional se encaixa no debate. Para tanto, Albuquerque (2004) destaca a importância de se compreender a formação nacional e o nacionalismo em Norbert Elias dentro do conjunto de sua teoria dos processos sociais de longa duração e das figurações sociais. Para Norbert Elias (1993) o processo de formação do Estado ocorreu através do mecanismo de competição e monopolização, promovendo assim a centralização do poder. Estes mecanismos englobavam lutas familiares, conflito entre classe média e nobreza e tensão entre classes que foram alterando as práticas e o ethos da sociedade medieval.

O nacionalismo em Elias (1993) é um fenômeno específico das sociedades industriais e democráticas modernas. Está diretamente associado ao movimento de formação das nações modernas, sendo um conjunto de crenças, sentimentos, valores e ideais em uma nação. Albuquerque (2004, p.100) destaca que a nação-Estado em Norbert Elias é vista como uma comunidade secular que desenvolve um conjunto de símbolos de identificação comum (verbais, bandeiras, etc.) e que “permite substituir ou diminuir a força dos outros grupos de identificação presentes nas sociedades menos desenvolvidas”. O desafio nas análises em Relações Internacionais surge quando a interação entre diferentes nações é analisada. Espaços de fronteira complexos como o espaço oceânico se encaixam nesta situação. Retomando Farrell (1998) o PEM se torna ainda mais importante para a atuação do

Estado dentro de seu território e na relação com o outro ao incorporarmos sua existência à dimensão cultural examinando como o comportamento e as atitudes nacionais na relação com o outro se desenvolverão.

Elias (1994) destaca que a criação das nações e o desenvolvimento dos sentimentos nacionais possibilitaram a identificação do indivíduo com a nação. Assim, os grupos tradicionais de identificação como tribos, cidades, religião, estamentos medievais e patriarcados se diluíram e a identidade pessoal passou a ser construída a partir de determinados padrões de cultura nacional inventados. Associando a Farrell (1998) que destaca que a cultura molda a formação de preferências ao dizer aos agrupamentos nacionais quem eles são e o que é possível fazer, sugerindo, portanto, o que eles devem.

Sugere-se aqui que analisar o PEM via nacionalismo pode contribuir para o enriquecimento analítico e estudo do espaço oceânico que pode ser compreendido como nacional e internacional em sua existência. Isto não seria dizer que análises a partir do nacionalismo não possuiriam seus desafios. Em *Comunidades Imaginadas*, Benedict Anderson (2008, p.28) afirma que “a condição nacional é o valor de maior legitimidade universal na vida política dos nossos tempos”. Entretanto, o autor destaca que os termos nação, nacionalidade e nacionalismo continuam sendo de difícil definição. Tanto nacionalidade quanto nacionalismo seriam para Anderson (2008, p.30) produtos culturais específicos e para entendê-los “temos que considerar, com cuidado, suas origens históricas, de que maneiras seus significados se transformaram ao longo do tempo, e por que dispõem, nos dias de hoje, de uma legitimidade emocional tão profunda”. Anderson (2008, p.32) sintetiza que a definição operacional de nação é “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. Imaginada porque seus membros possuem em mente a imagem viva da comunhão entre eles. *Limitada* porque possui fronteiras finitas que esbarram em outras nações. *Soberana*, pois garante a liberdade advinda com o Iluminismo e é uma *Comunidade*, pois é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. O nacionalismo em Anderson (2008) é, assim, uma criação imaginativa da história recente que leva os indivíduos a se sacrificarem pela nação, e as raízes deste comportamento encontram-se na cultura local.

Resgatando o pensamento de John Breuilly (2000, p.156) este afirma que as abordagens ao nacionalismo que consideram o aspecto da modernidade devem ser preferidas a outras, pois, o “surgimento de sentimentos nacionais tem que ser relacionado com mudanças mais complexas do que a difusão de uma doutrina”. Isto porque problemas surgiriam ao se abordar o nacionalismo de forma

apenas histórica e não teoricamente orientada, em que a narrativa puramente histórica não permitiria descrições e explicações analíticas claras, passíveis de falseamento. Análises de situações sobre o espaço oceânico seriam particularmente complexas, uma vez que envolveriam necessariamente o entendimento de culturas locais diferentes sobre a atuação no espaço oceânico dos diferentes grupos nacionais. Diferentes entendimentos sobre o que seria o PEM ideal conflitar-se-iam no diálogo se a esfera do nacionalismo não fosse considerada em sua complexidade.

São quatro as abordagens que Breuilly (2000) distingue: a primordialista, a funcionalista, a narrativa e a moderna (sendo esta última a que ele defende). A primordialista é a ideia de que a nação existe há muito tempo com uma história milenar. A abordagem funcionalista parte da ideia de que existe uma variedade quase infinita de funções atribuíveis ao nacionalismo, mas principalmente, as psicológicas (em que os indivíduos precisariam de uma identidade) e a promoção da modernidade. A abordagem narrativa pressupõe, por parte dos historiadores, como certa a ascensão do nacionalismo. Essas três abordagens seriam insuficientes, segundo o autor, para se compreender o fenômeno do nacionalismo, sendo que um quadro de referência que explique o lugar da ideia nacional se faz necessário. Assim, defende a abordagem da modernidade e a divide em argumentações que focam as transformações das elites (aqui ele insere Anderson), as que se concentram nas transformações da natureza do poder com foco na política nacionalista (defendida por Breuilly), e nas transformações societárias que levam à produção e aceitação dos sentimentos nacionalistas.

Portanto, para Breuilly (2000, p.158) o que interessa é o nacionalismo como política, baseado em três afirmações: (a) um grupo especial que se distingue dos demais chamado nação; (b) identidade e a fidelidade política dar-se-ão com e em relação à nação; e, (c) a nação deve ter autonomia política sob a forma de um Estado soberano. Esses movimentos políticos seriam modernos (dois últimos séculos) redesenhando o mapa político mundial. Teriam ajudado a estabelecer a ideia de que o mundo se divide em Estados que representam nações. Em síntese, o autor enfatiza que o objetivo de uma teoria do nacionalismo é explicar por que esses movimentos tornaram-se tão importantes nos tempos modernos.

Perpassa pela argumentação apresentada dos autores a nítida importância do conceito de nacionalismo e como este deveria ser levado em consideração nas análises em política internacional no geral, e principalmente sobre espaços considerados um bem comum como o espaço oceânico. É possível contestar, todavia, a condição teleológica e rígida que Breuilly (2000) defende para o

surgimento e consolidação do nacionalismo. Isto porque as instituições não operam no vazio sociológico, mas antes, baseiam-se no entendimento sociológico do indivíduo para se consolidarem.

O nacionalismo como fenômeno, bem direcionado politicamente, pode aprofundar os laços que conectam os indivíduos a um determinado grupo denominado nação. A partir deste entendimento sociológico, é possível ampliar o alcance das análises em Relações Internacionais e, com isso, melhor prever o comportamento do ator estatal no sistema internacional. Entender a construção do PEM de cada nação, sem considerar o nacionalismo enquanto conceito poderia enviesar as análises, minimizando sua complexidade.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS. **O Valor do Mar no PIB Brasileiro**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/o-valor-do-mar-no-pib-brasileiro#:~:text=Esse%20total%20corresponderia%20a%20cerca,Universidade%20Cat%C3%B3lica%20do%20Rio%20Grande>. Acesso em 27 out. 2022.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. O processo de formação do estado e do nacionalismo em Norbert Elias. Barbarói: **Revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia**, Santa Cruz do Sul, n.20, p.93-106, jan./jun. 2004.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo**. Lisboa. Edições 70, [1983] 2008.
- BREUILLY, John. Abordagens do Nacionalismo. In: BALAKRISHNAM, G. (Org.). **Um Mapa da Questão Nacional**. RJ, Contraponto. 2000.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, vol. 2, 1993.
- ELIAS, Norbert; SCHRÖTER, Michael. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.
- FARRELL, Theo. Culture and Military `Power. **Review of International Studies**, 24, p.407-416. 1998.
- PSMR. Plano Setorial para Recursos do Mar. **Planejamento Espacial Marinho**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/psrm/pem>. Acesso e 27.out.2022